

À comissão de licitação

Processo administrativo nº 0059/2024, Pregão eletrônico nº 0018/2024.

10/07/2024, abertura 09h00

Objeto: “O objeto deste processo licitatório é Aquisição de marmitas, lanches, doces, salgados, alimentos específicos para intolerantes ou seletivo e gêneros alimentícios, fornecimento de buffet livre para o Corpo de Bombeiros Militar de Xaxim/SC e das Secretarias e Departamentos solicitantes do Município de Xaxim/SC”.

**Jean Carlos Silveira**, Microempreendedor Individual - MEI, inscrito no CNPJ **48.804.735.0001-02**, localizado na Avenida Luiz Lunardi, 1167, sala 01, centro deste município de Xaxim SC, vem a presença de vossas senhorias apresentar recurso haja vista sua inabilitação no pregão acima citado, cujo motivo mencionado no portal [compras.gov.br](http://compras.gov.br) – UASG 988387, realizado pela comissão de licitações do município de Xaxim SC, conforme segue:

1 – Refutar veementemente os motivos de sua inabilitação, os quais se referem a possível ausência de CNAE principal ou secundário condizentes com o objeto da licitação, fato totalmente desconexo à realidade prevista na Lei de Licitações lei nº 14.133/2021, em especial às garantias previstas para as empresas de pequeno porte EPP e MEI.

Ademais, esta empresa possui o CNAE correspondente ao objeto em questão, que aliás é mais abrangente que o simples fato do fornecimento de alimentação e sim de qualquer evento ou feira por completo:

82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

2 – Esta empresa já presta fornecimento de alimentação a outras prefeituras, a exemplo de Xanxerê SC, Xavantina SC e São Domingos SC. **(comprovantes anexos)**.

3 – No que se refere a necessidade de CNAE principal ou secundário específico isto não pode ser objeção à adjudicação e seu fornecimento, enfim, não pode impedir sua habilitação, sob pena de prejuízos ao ente municipal a fim de escolher a proposta mais vantajosa, conforme orientações do TCU:

*De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100).*

***Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as sub atividades complementares à atividade principal.” (Acórdão nº 571/2006 – 2ª Câmara) (g. n.)***

Portanto, a decisão de inabilitação está em desacordo com a legislação e merece ser corrigida e tornar habilitada esta empresa recorrente.

Assim sendo, requer:

Que a empresa requerente seja habilitada no presente pleito licitatório e ata corrigida.

Requer a adjudicação do objeto dos itens que esta empresa se tornou vencedora.

Nestes Termos

Pede e espera deferimento.

Xaxim – SC, 10 de Julho de 2024.

**Jean Carlos Silveira**

**CNPJ 48.804.735.0001-02**